

HISTÓRIA AMBIENTAL DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO – SÉCULO XIX
A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL NATURAL E UMA ANÁLISE DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria Juvanete Ferreira da Cunha Pereira¹

Este trabalho analisa como se desenvolveu a agricultura cafeeira no Rio de Janeiro no século XIX identificando alguns aspectos, positivos e negativos para o meio ambiente, mediante a análise histórica, e avaliação da sustentabilidade no uso dos recursos naturais. O estudo mostra que o desenvolvimento por toda a província foi o resultado da agricultura cafeeira, em detrimento do capital natural e que o manejo no uso dos recursos naturais foi insustentável, provocando a exaustão do solo e levando a queda do setor primário de sua economia.

Os problemas de qualidade ambiental não são novos. A ocupação dos espaços pelo homem tem, muitas vezes, como único sustentáculo o meio ambiente e este vem, através dos tempos, sofrendo vários tipos de agressões e se deteriorando o que tem convencido muita gente de que o planeta enfrenta uma série crise. Com base nessa evidência de degradação ambiental tem se desenvolvido uma série de teorias procurando soluções para a perpetuação do desenvolvimento econômico e do capital natural. O Capital Natural é composto pelos recursos fornecidos pela natureza. É um fator de produção que pode ser usado para consumo e para investimentos e tem valor econômico. “É qualquer ativo natural que produz um fluxo de serviços ecológicos com valores econômicos ao longo do tempo”.² O Capital Natural alimenta os processos produtivos humanos e oferece minerais, madeira, cultivos, permitindo a acumulação de outras formas de capital (físico, humano e intelectual),³ e em alguns casos limita os processos produtivos. A sustentabilidade econômica é freqüentemente interpretada como uma condição de bem estar econômico não declinante, projetado indefinidamente no futuro.

Por volta de 1760 e 1762 chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras plantas de café, nativa do sub bosque da floresta do sudoeste do planalto da Etiópia. Essa árvore gerava as sementes carregadas de cafeína apreciada pelas classes urbanas da Europa, e que viria ser a base da economia exportadora do Rio de Janeiro. A princípio restritas a quintais e chácaras nos arredores dos vales montanhosos, próximo ao litoral, depois, as plantas se espalharam pelas matas da Tijuca.⁴ O Rio tinha uma população estimada em torno de 80 mil pessoas em 1822 e crescia rapidamente. As fazendas de café logo se espalharam em torno da cidade. No início do século XIX, o café da Tijuca era considerado o café brasileiro de melhor qualidade.⁵

Com a chegada da família real em 1808, e mais seus 20 mil acompanhantes, o Rio de Janeiro viveu uma situação de crescimento súbito de sua população, um choque em sua vida social. Dessa forma a Floresta da Tijuca passou a sofrer pressões demográficas e econômicas ainda maiores. A destruição das florestas e demais plantas em torno das nascentes baixou o nível de produção de água, ameaçando o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro. A alternativa de buscar fontes mais distantes só apareceu depois de 1870. Em 1844, com a seca, o governo de D. Pedro II foi obrigado a tomar medidas para solucionar o problema: desapropriar os cafezais e restabelecer a Floresta da Tijuca. Entre 1844 e 1890, políticas de preservação e recuperação ambiental foi executada pelo governo para assegurar as fontes de abastecimento de água para a capital.⁶

Pela última década do século XVIII deram-se as primeiras tentativas de subir a serra (toda a parte montanhosa compreendendo a bacia do médio Paraíba), em busca do planalto, onde o café se fixaria de forma surpreendente. Quando transpuseram a escarpa da Serra do Mar, de início seguiram para o noroeste, onde foram abertas numerosas fazendas em São João Marcos, Piraí e Resende, e para o norte em Entre Rios (atual, Três Rios). Havia dois caminhos que contribuíram para incorporar a cafeicultura no Médio Paraíba e na região de Resende: o Caminho do Comércio aberto em 1819/1820 pela junta de comércio do Rio de Janeiro, ligando Vassouras, Valença e Rio Preto e o Caminho da

Polícia, feito pelo intendente D. João VI, ligando Vassouras, Resende e Piraí. A penetração serrana em busca do planalto, resultou na fundação da primeira vila pelo Coronel Fernão Dias Paes Leme; o arraial de Nossa Senhora do Campo Alegre, local onde primeiro se deu à plantação do café em terras serranas. Localizado a beira da bacia do Paraíba, em 29 de setembro de 1801, passou a denominar-se Vila de Resende.⁷

O café caminhou pelo eixo do Paraíba. Por volta de 1840, uma nova penetração se fez em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Itaocara e São Fidelis. Os cafezais seguiram da costa, a partir do Rio de Janeiro, para o interior. Essa expansão aconteceu de maneira conflituosa dizimando-se os índios Puris e Corodos, que habitavam essa região e expulsando-se, muitas vezes de forma violenta, os posseiros que não tinham nenhum título e que no pedaço de terra que ocupavam, cultivavam uma lavoura de subsistência.⁸

No Vale do Paraíba, o café encontrou seu habitat. Em 1830 já era a principal atividade de Vassouras, Barra Mansa, Valença, Paraíba do Sul e Piraí. O café era drenado por caminhos carroçáveis ou trilhas para tropas de mulas, para uma série de pequenos portos onde se localizavam as casas comissárias de café. Estrela recebia o café do Médio Paraíba e da Zona da Mata Mineira. Magé recebia de Cantagalo. Mangaratiba⁹ embarcava cafés de São João Marcos, Resende, Piraí e Barra Mansa. O café de São João dos Barreiros e Bananal era encaminhado para Parati. Havia também pequenos postos na região de Angra dos Reis. No fundo da Baía da Guanabara havia embarcadores de café em Magé, Piedade, Iguçu, Porto de Caxias, além de Estrela.

O desenvolvimento da cafeicultura teve a seu favor a disponibilidade de terras arroteáveis e um estatuto legal que regia a ocupação. Desde os fundamentos portugueses da colônia até a Lei de Terras de 1850, a base da formação da propriedade rural repousava na sesmaria. A Lei de 1850 deu garantia de propriedade às sesmarias. Contudo na falta de fiscalização adequada não houve como impedir o avanço das ocupações.¹⁰ Essas concessões, como as sesmarias, eram registradas sem demarcações nos cartórios. Os ocupantes que detinham lotes de subsistência eram normalmente pobres demais para pagar

a taxa de registro e ficavam em situação tão precária quanto antes. No Vale do Paraíba, entretanto, a exigência da observância de normas legais efetivaram-se, não porque a Lei exigisse, mas porque demarcar e registrar as terras era a base da garantia imprescindível à obtenção de empréstimos pelos fazendeiros locais, junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, aberta em 1860.¹¹

Na Serra, a ofensiva do café contra a floresta foi repentina e acelerada. O machado chegou primeiro, resultando na derrubada em massa do matagal sem fazer uma seleção e um corte inicial das espécies vegetal de valor pela durabilidade. As mais preciosas madeiras de lei incineravam-se em queimadas que tudo consumia. Tudo com o objetivo de estender seus cafezais, e a floresta é o grande obstáculo. O primeiro passo no processo para o plantio é o desbravamento da área, que consta de várias operações: a limpeza ou roçada, em seguida a derrubada das árvores. Após a derrubada das árvores vem o rebaixamento do mato. A madeira para uso na fazenda era separada e o resto era deixado para secar. A retirada da lenha e da madeira de lei era feita todas as vezes que fosse possível sua utilização econômica, em caso contrário era conservada no próprio terreno e daí retirada à medida das necessidades. Depois aconteciam as queimadas, que se procediam em época de estiagens, para acabar com os últimos remanescentes.¹² Logo após as queimadas, com a terra ainda quente era iniciada a preparação para a plantação. Praticamente não houve investimentos científicos, nem tecnológicos no período do café no Rio de Janeiro. As técnicas eram rudimentares. No desenvolvimento das técnicas, os fazendeiros tinham poucos manuais, e os que haviam eram baseados em práticas inadequadas e teorias insatisfatórias.

A vida útil de uma plantação cafeeira, no máximo de sua produtividade, é de dez anos. Produz até esta idade, entre 90 e 120 arrobas por mil pés. Com 25 anos o cafezal é velho. Já em declínio produz até 30 anos numa faixa de 20 ou 30 arrobas. Em 1873, o município de Pirai já havia reduzido pela metade sua produção de café; em Marquês de Valença a produção estava estabilizada e no município de Cantagalo crescia o cultivo. Em

1835 existiam em Marquês de Valença, diversas plantações de café com 500 a 800 mil pés. Em 1860 Resende contava com 600 grandes plantações de café. Entre 1835 e 1867, a produção cafeeira se multiplicou seis vezes. Em 1870 já é visível o declínio da produtividade nas primeiras zonas ocupadas pelo café.¹³ Com a crescente escassez de solo virgem, houve um aumento proporcional do preço da terra pôr alqueires até a metade da década de 1880. Nas últimas décadas do século houve uma diminuição constante de terras disponíveis para novas plantações nas fazendas de café em Vassouras e um aumento desproporcional no preço da terra.

No início da década de 1820 a Província do Rio de Janeiro já contribuía com 62,2% da receita do império, num total de 6.850 contos; em segundo lugar a Bahia com 1.644, Pernambuco com 1,436, Maranhão 767 e São Paulo 278 contos. Daí em diante o café ganhou mais espaço nesse mercado e nos subseqüentes 50 anos foram exportados 85.143 milhões de sacas, que produziam 189.118 Libras esterlinas, 1.533.998 contos de reis, valor médio por saca em Libra – 2.36 e em Reis 18.046, correspondendo a 39% da receita.¹⁴ Em 1867 o café atingiu 9.308.654 arrobas, em 1869, 8.926.247 e em 1870, 6.723.550.¹⁵ No início da década de 1880 ainda há prosperidade na cafeicultura fluminense, mas sua rentabilidade é declinante. Em 1870 produziu 1.646.037 sacas, em 1880 - 4.133.466, em 1883 - 3.908.080 e em 1889 – 1.309.271. O Rio de Janeiro chegou a ter 77% da economia brasileira.¹⁶

Em 1883, a produção de São Paulo se igualou à do Rio pela primeira vez; três anos mais tarde, após dez anos de crescimento, ultrapassou a do Rio.¹⁷ O Porto do Rio de Janeiro perdeu sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar. O porto carioca também perdeu exportações com a migração das plantações para São Paulo, e com o desvio de exportações pelas ferrovias que ligaram o interior de Minas Gerais.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação difícil de suas finanças, causada pela crise da cafeicultura lança mão de política de diversificação agrícola.

Na visão de (VIEIRA, 2000)¹⁸ a cafeicultura continuou no Estado do Rio como consequência das políticas de valorização, e a diversificação agrícola veio como uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando aí a situação deixada pelo café. Essa preocupação começa na década de 1890, quando foram criados centros agrícolas, estações agrônômicas, núcleos coloniais, distribuídos adubos químicos, sem lucro para o Estado além do incentivo à pecuária extensiva.

Dada as limitações do capital natural que gerou a insignificância da agricultura e a gradativa decadência do café, o Rio teve que passar por uma profunda reestruturação de sua economia, que se tornou cada vez mais dependente de atividades prestadoras de serviços. Segundo CANO (1998:265), em VIEIRA,¹⁹ a economia da cidade do Rio de Janeiro passaria “(...) a ter nas atividades terciárias, o seu núcleo principal. Já em 1919, o censo demográfico mostrava que apenas 38,4% de sua população economicamente ativa estava alocada na produção física, e os restantes 61,6% na produção de serviços (15% em serviços domésticos). Essas cifras são muito importantes quando se pode comparar com as de São Paulo, que no mesmo período ocupava 80,5% de sua força de trabalho na produção física, ou mesmo com as cifras das demais regiões brasileiras, que apresentavam uma ocupação de 86,6% na produção física.”

A economia cafeeira manteve a estabilidade do eixo político no Brasil, deslocado para a região Centro-Sul pelo advento da mineração, tornando o Rio de Janeiro a cidade central da colônia, sede do governo. Na segunda metade do século XIX já é possível admitir a presença caracterizada de uma classe média, grupos ligados ao comércio, numeroso funcionalismo, profissões liberais, atividade militar, religiosa, intelectual. Os lucros provenientes do café permitem a aplicação financeira em diversos ramos da indústria: têxtil, couro, alimentação, vestuário, mobiliário, cerâmica, produtos químicos e relacionado a Ciências, Letras e Artes. As pequenas empresas conseguem desenvolver-se e ampliar-se. “Foi a ampliação da oferta de café fluminense que criou o mercado mundial do produto”.²⁰ A

produção cresce a taxas extremamente elevadas. Através do porto do Rio de Janeiro se constitui um interior fluminense articulado com a cidade.

O desenvolvimento da cafeicultura fluminense foi economicamente eficiente. A produção cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1,0 milhão de sacas em 1835, passou a 1,5 milhões em 1840, crescendo para 1,8 milhões em 1870, e atingindo seu auge em 1882 com 2,6 milhões. A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, estavam nas técnicas tradicionais de produção agrícola, na devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem e das chuvas torrenciais. “A devastação dos morros cobertos de mata virgem, de vassouras, provocou a erosão e as mudanças climáticas de um extremo a outro do Vale do Paraíba.”²¹

Por outro lado, frente as limitações do meio ambiente, o Rio de Janeiro diversificou as formas de produzir renda, encontrou um caminho na produção industrial, comercial, financeira e no desenvolvimento de bens e serviços. O capital gerado com a cafeicultura, que usou essencialmente capital natural indiscriminadamente, se diversificou provocando outros mecanismos de ação.

Esse trabalho mostra a necessidade de melhor trabalhar algumas questões para que possa ser definido, com maior clareza, a estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro no século XIX, em análises que permitam a verificação da amplitude das fazendas cafeeiras e sua conseqüente contribuição à alteração ambiental. As dificuldades encontradas para realização desta pesquisa sugerem aprofundamento para a busca de dados, na medida em que inúmeros deles referentes a situação do meio ambiente ainda não foram compilados.

NOTAS

1 Professora de História do CMB e Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília. Juvanete@yahoo.com.br

2 EKINS, PAUL. "The Concept of Environmental sustainability". Capítulo 4 de Economic Growth and Environmental sustainability. (Ldon and New York: Routledge, 2000), pp. 70-114.

3 O capital físico, este se refere ao estoque de máquinas, equipamentos, edifícios, infra-estrutura, entre outros, acumulado através de investimentos realizados ao longo dos anos. O capital humano refere-se às habilidades adquiridas e incorporadas no indivíduo, que incrementa o seu potencial produtivo. Já o capital intelectual é o estoque de conhecimentos útil não incorporado.

⁴ GRIEG, MARIA DILECTA. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: OLHO D'ÁGUA, 2000.

⁵ (IBDF-FBCN, 1981:40-41; Guia do Terceiro Mundo, 1986:89; Maia, 1966 15-17 e 1967: 19-22, (Em, DRUMMOND, J.A. O Jardim dentro da Máquina. Breve história ambiental da Floresta da Tijuca. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em : <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/39.pdf>. Acesso em 20/07/2002.

⁶ DRUMMOND, JOSÉ AUGUSTO. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2).

⁷ PRADO, SILVIO PACHECO DE ALMEIDA. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 75.

⁸ VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930)**. Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 11.

⁹ Mangaratiba não é um município do Vale do Paraíba , mas está incluído entre os municípios cafeeiro não propriamente pela produção de café, mas pela importância do seu porto que recebia café de regiões diversas, além de gêneros de outras necessidades, tornando o seu comercio rendoso o que lhe garantiu a independência em 1831, com o nome de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba.

¹⁰ HOLANDA, SERGIO BUARQUE et al. **O Brasil Monárquico, tomo II: declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: BERTD BRASIL, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 4).

¹¹ CASTRO, ELZA MARIA NEFFA VIEIRA DE. **Desenvolvimento e degradação Ambiental – Um Estudo na Região do Médio Paraíba do Sul**. 2001. 257 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Letras e artes. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola Sociedade Agricultura – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹² STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel, Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA, 1990.

¹³ LESSA, CARLOS. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000 p. 108.

¹⁴ PRADO, S. P.A. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 91.

¹⁵ TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ, 1945, p. 53..

¹⁶ PRADO, S. P. A. **O Primeiro Ciclo do Café no Brasil**. São Paulo: 1997 p. 93.

¹⁷ Roberto C. Simonsen, Aspectos da história econômica do café . São Paulo, 1940, Graphico I. In STEIN, 1990.

¹⁸ VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930)**. Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 11.

¹⁹ VIEIRA, WILSON. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860 – 1930)**. Campinas, SP: (s.n.), 2000. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas p. 16.

²⁰ LESSA, CARLOS. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000 p. 109.

²¹ STEIN, S. J.. **Grandeza e Decadência no Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: EDITORA BRASILIENSE, 1961 p. 260.